



JUSTIÇA FEDERAL

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

PROCESSO Nº 0038828-02.2011.4.01.3400
APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA (1728)
NÃO IDENTIFICADO: Ministério Público Federal
NÃO IDENTIFICADO: AVILEZ MOREIRA DE NOVAIS e outros
RELATOR(A): MONICA JACQUELINE SIFUENTES



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Gab. 07 - DESEMBARGADORA FEDERAL MÔNICA SIFUENTES

Processo Judicial Eletrônico

APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA (1728) n. 0038828-02.2011.4.01.3400**RELATÓRIO**

A EXMA. SRA. DESEMBARGADORA FEDERAL MÔNICA SIFUENTES (RELATORA): Trata-se de remessa oficial e apelação interposta pelo Ministério Público Federal em face de sentença que, prolatada pelo Juízo Federal da 21ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, julgou improcedente o pedido, ao fundamento de inexistência de ato de improbidade administrativa.

A inicial atribui ao agente de Polícia Federal AVILEZ MOREIRA DE NOVAIS e ao preso JEAN CARLOS MELO MENDES a prática de atos consistentes na tortura de Muhammed Dhia Jaffer, entre outros presos provisórios segregados no Núcleo de Custódia da Superintendência da Polícia Federal no Distrito Federal, localizado no Complexo Penitenciário da Papuda, em manifesta violação dos princípios que regem a Administração Pública.

Em suas razões recursais, o MPF postula, preliminarmente, a anulação da sentença, à asserção de que o julgamento antecipado da lide sem a necessária produção probatória e a apresentação de alegações finais caracteriza violação do devido processo legal e do contraditório.

No mérito, o apelante sustenta que o entendimento jurisprudencial caminha no sentido de ser a tortura de presos por parte de policiais ato de improbidade administrativa atentatório aos princípios elencados no art. 11, *caput*, da Lei 8.429/92.

A PRR-1ª Região, em parecer do Procurador Regional da República Zilmar Antônio Drumond, manifesta-se pelo provimento do recurso (fls. 2286/2292).

É o relatório.

VOTO - VENCEDOR



PODER JUDICIÁRIO
Processo Judicial Eletrônico
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Gab. 07 - DESEMBARGADORA FEDERAL MÔNICA SIFUENTES

APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA (1728) n. 0038828-02.2011.4.01.3400

VOTO

A EXMA. SRA. DESEMBARGADORA FEDERAL MÔNICA SIFUENTES (RELATORA): Conforme relatado, trata-se de remessa oficial e apelação contra sentença que, em ação de improbidade administrativa, julgou improcedente o pedido de condenação de Avilez Moreira de Novais, agente de Polícia Federal, e do detento Jean Carlos Melo Mendes em razão de terem supostamente torturado presos provisórios segregados no Núcleo de Custódia da Superintendência da Polícia Federal, no Distrito Federal.

De acordo com a inicial, apoiada no Inquérito Civil Público 1.16.000.006065/2010-23, o primeiro apelado, conduzindo-se com abuso de poder e evidente desvio de finalidade, determinou que o segundo recorrido agredisse o companheiro de cela Muhammed Dhia Jaffer, causando-lhe sofrimento físico e mental. Assim agindo, o corréu Jean Carlos teria concorrido para a prática da conduta ímproba, sempre visando gozar de “regalias” no interior do Complexo Penitenciário.

Na avaliação do autor, ao atentarem contra a incolumidade física e psicológica dos custodiados, em especial de Muhammed Dhia Jaffer, submetendo-o a maus tratos e sanções disciplinares que não tinham qualquer respaldo

normativo, os réus feriram a imagem da Administração Pública Federal, em comportamento que se enquadra no art. 11 da Lei 8.429/92 e enseja a condenação de ambos nas penas do art. 12, III, do mesmo diploma legal.

Ao receber a petição inicial (fls. 1622/1627), o magistrado que conduzia o feito consignou o seguinte:

(....) neste momento processual, afigura-se adequado o recebimento da peça inicial, para que se propicie a devida instrução processual, em que ficará efetivamente demonstrado se foram praticados ou não atos de improbidade administrativa pelos requeridos.

Não é possível concluir, de plano, pela improcedência dos pedidos formulados pelo Ministério Público Federal, haja vista que somente após o esgotamento das fases do processo de conhecimento terá este Juízo elementos de convicção suficientes para examinar a culpabilidade ou não dos réus. (fl. 1624)

Regularmente citados os réus - apenas Avilez Moreira de Novais ofereceu contestação - e facultada às partes a especificação de provas, ambas pugnaram pela oitiva de testemunhas, no que foram atendidas pelo Juízo (fls. 1746/1747).

Seguiu-se, a partir daí, uma série de contratempos que motivaram, por mais de uma vez, o cancelamento das audiências – como a dificuldade de localização de algumas testemunhas - ou seu adiamento, sobrevivendo a sentença de fls. 2182/2189, que, ao julgar antecipadamente improcedente a lide, assim dispôs:

QUESTÕES PRELIMINARES

Os autos vieram conclusos para decisão, uma vez que ainda estão pendentes de realização as audiências para a oitiva de testemunha e depoimento pessoal do autor, referente às provas deferidas à fl. 1384.

Todavia, analisando detidamente os autos, entendo tratar de questão eminentemente de direito, sendo desnecessária a produção de provas.

Registro, por oportuno, que a prova se destina à formação do convencimento do julgador, devendo este indeferir as provas desnecessárias, na forma do art. 370, parágrafo único do NCPC.

Diante disso, torno sem efeito a decisão de fls. 1384, que deferiu a realização de prova documental e oral, requeridas pelas partes, bem como desconsidero a oitiva da testemunha Luciano Gomes Freitas Júnior, realizada por Carta Precatória de fls. 1608/1638.

Não há outras questões preliminares pendentes de apreciação.

Assim, considerando que não há necessidade de dilação probatória, passo, pois, ao julgamento antecipado da lide.

No mérito, a prolatora do *decisum* reconheceu a inexistência de ato ímprobo e julgou improcedente o pedido inicial, ao fundamento de que a tortura de presos, a despeito de sua incontestável gravidade, “não se insere na tipificação dos atos de improbidade administrativa, uma vez que a Lei nº 8.429/92 visa sancionar lesões à administração pública propriamente dita” (fl. 2186).

Tenho, contudo, que a sentença não deve subsistir.

Conforme já assentou o Superior Tribunal de Justiça, os atos de tortura de presos por parte de policiais caracterizam improbidade administrativa, ensejando a aplicação das reprimendas cominadas pelo art. 12, III, da Lei 8.429/92. Confira-se:

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AGENTES POLICIAIS. PRÁTICA DE TORTURA. CONFIGURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PREVISTO NO ART. 11 DA LEI 8429/92. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento no sentido de que para a configuração do ato de improbidade administrativa previsto no art. 11 da Lei 8.429/92, é necessária a presença de conduta dolosa, não sendo admitida a atribuição de responsabilidade objetiva em sede de improbidade administrativa.

2. A Primeira Seção desta Corte Superior, em recente julgado, proclamou entendimento no sentido de que a prática de tortura por policiais configura ato de improbidade administrativa por violação dos princípios da administração pública, ao afirmar que: "atentado à vida e à liberdade individual de particulares, praticado por agentes públicos armados - incluindo tortura, prisão ilegal e "justiciamento" -, afora repercussões nas esferas penal, civil e disciplinar, pode configurar improbidade administrativa, porque, além de atingir a pessoa-vítima, alcança simultaneamente interesses caros à Administração em geral, às instituições de segurança pública em especial, e ao próprio Estado Democrático de Direito. Nesse sentido: REsp 1081743/MG, Relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 24.3.2015, acórdão ainda não publicado." (excerto da ementa do REsp 1.177.910/SE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 26/08/2015, DJe 17/02/2016).

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1200575/DF, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 16/05/2016)

Logo, não era dado à julgadora partir para o julgamento antecipado da lide, afastando de plano a prática de ato ímprobo e pondo fim a processo no qual se apura a suposta tortura de presos por agente de Polícia Federal, em evidente cerceamento de defesa.

Pelo sistema da persuasão racional ou livre convencimento motivado, o juiz, na qualidade de destinatário final da prova, tem liberdade para apreciá-la e, assim, determinar a produção das diligências que entender imprescindíveis, bem

como dispensar, fundamentadamente, aquelas que julgar desnecessárias à instrução processual e deslinde da controvérsia.

Sendo certo, por outro lado, que a lei autoriza ao magistrado julgar antecipadamente a lide “quando não houver necessidade de produção de outras provas” (art. 355, I, do NCPC), incorre em *error in procedendo* a sentença que encerra prematuramente o processo sem a devida dilação probatória e a oitiva das testemunhas arroladas pelo autor, prova essa que já havia sido deferida e era tida como imprescindível para a elucidação dos fatos. A propósito, o seguinte precedente do STJ:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DEVIDO PROCESSO LEGAL E CERCEAMENTO DE DEFESA. AÇÕES CONEXAS. VÍCIO NA INSTRUÇÃO PROBATÓRIA. REUNIÃO TARDIA DOS FEITOS. NULIDADE DA SENTENÇA. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. 1. Evidenciada a violação ao disposto no art. 370, parágrafo único, do CPC/15, ao se proceder ao julgamento antecipado da lide após o deferimento da prova testemunhal sem decisão fundamentada que justifique a inutilidade da prova anteriormente admitida. 2. Cerceamento de defesa caracterizado quando, após o deferimento da prova testemunhal, o magistrado julga antecipadamente a lide sem justificar o encerramento da instrução processual. 3. Reunião tardia dos processos conexos que viciou a instrução processual, especialmente diante da complexidade do litígio estabelecido entre as partes. 4. Necessidade de realização da dilação probatória. 5. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(AgInt no REsp 1759721/PR, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe 21/11/2019)

Nesse contexto, evidenciada a ofensa aos princípios do devido processo legal e do contraditório, acolhe-se a preliminar de nulidade da sentença, devendo o feito retornar à origem a fim de que se apurem os fatos, em regular instrução (*Da mihi factum, dabo tibi jus*).

Diante do exposto, DOU PROVIMENTO à apelação para anular a sentença, determinando a remessa dos autos ao Juízo de origem para o processamento do feito, após dilação probatória.

É como voto.

DEMAIS VOTOS



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Gab. 07 - DESEMBARGADORA FEDERAL MÔNICA SIFUENTES
Processo Judicial Eletrônico

APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA (1728) n.0038828-02.2011.4.01.3400
NÃO IDENTIFICADO: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
NÃO IDENTIFICADO: AVILEZ MOREIRA DE NOVAIS, JEAN CARLOS MELO MENDES
Advogados do(a) NÃO IDENTIFICADO: ANTONIO RODRIGO MACHADO DE SOUSA
- DF34921-A, RAYSSA MARTINS DA SILVA - DF46872

E M E N T A

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGENTES POLICIAIS. PRÁTICA DE ATOS TIDOS COMO DE TORTURA. CONFIGURAÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. LEI 8.429/92, ART. 11. OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. INSTRUÇÃO PROBATÓRIA. DEVIDO PROCESSO LEGAL. VIOLAÇÃO. SENTENÇA ANULADA. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM. APELAÇÃO PROVIDA.

1. De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a prática de tortura de presos por parte de policiais caracteriza improbidade administrativa, ensejando a aplicação das reprimendas cominadas pelo art. 12, III, da Lei 8.429/92 (AgRg no REsp 1200575/DF, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 16/05/2016).
2. Sendo certo que a lei autoriza ao magistrado julgar antecipadamente a lide “quando não houver necessidade de produção de outras provas” (art. 355, I, do NCPC), incorre em *error in procedendo* a sentença que encerra prematuramente o processo sem a devida dilação probatória e a oitiva das testemunhas arroladas pelo autor, prova essa que já havia sido deferida e era considerada imprescindível à elucidação dos fatos.
3. Decretação de nulidade da sentença com o retorno dos autos à origem para que se apurem os fatos, em regular instrução (*Da mihi factum, dabo tibi jus*).
4. Apelação provida.

ACÓRDÃO

Decide a Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, por unanimidade, dar provimento à apelação, nos termos do voto da Relatora.

Brasília, 25 de agosto de 2020.

Desembargadora Federal MÔNICA SIFUENTES
Relatora

Assinado eletronicamente por: **MONICA JACQUELINE SIFUENTES**

26/08/2020 13:23:12

<http://pje2g.trf1.jus.br:80/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **72180562**



200826132311904000000

IMPRIMIR

GERAR PDF